

Considerações Sobre A Abordagem Da Política Na História (Medieval)

Considerations on Policy Approach in (Medieval) History

Mário Jorge da Motta Bastos¹

Resumo

O objetivo principal deste breve artigo consiste em promover um balanço crítico do peso relativo e das perspectivas atribuídas à dimensão política na História das sociedades humanas no curso da já longa trajetória da nossa disciplina. Trata-se, pois, de considerar as bases da duradoura hegemonia do político na História, as da sua decadência, das principais vias e vertentes do seu posterior (r)estabelecimento, promovendo, por fim, algumas breves considerações sobre as tendências que, ainda em curso, fragilizam aquela que se pretende uma nova História Política. Todo este processo mobilizou e envolveu, de forma muito diversa, como é óbvio, a nossa fatia de duração específica de trabalho – a Idade Média e a historiografia a ela dedicada – mas tentarei, na medida de minhas possibilidades, partir sempre do quadro mais geral de consideração do lugar do político no campo geral da nossa disciplina antes de dedicar alguma particular atenção ao nosso campo de especialização.

Palavras-chave: Política; História Medieval; Nova História Política

Abstract

The main objective of this brief article is to promote a critical balance of the relative weight and perspectives attributed to the political dimension in the History of human societies in the course of the already long trajectory of our discipline. It is therefore necessary to consider the bases of the lasting hegemony of the politics in History, those of his decadence, of the main routes and aspects of his later establishment, and, finally, to make some brief remarks on the trends that already in progress, weaken the intended new Political History. This whole process has mobilized and involved, quite obviously, our field of studies – the Middle Ages and the historiography dedicated to it – but I will try, as far as I can, to start considering the place of politics on the more general framework of our discipline before devoting any particular attention to our field of specialization.

Keywords: Politics; Medieval History; New Political History

¹ Doutor em História Social pela USP. Professor Associado 4 do Departamento de História da UFF-Niterói.

Meu(minha) leitor(a) encontrará, no curso deste breve artigo, um balanço crítico, histórico e historiográfico, do lugar, do peso relativo e das perspectivas atribuídas à dimensão política na História das sociedades humanas no curso da longa trajetória da nossa disciplina. Trata-se, pois, de considerar as bases da longa hegemonia do político na História, as da sua decadência, das principais vias e vertentes do seu posterior (r)estabelecimento, promovendo, por fim, algumas breves considerações sobre as tendências que, ainda em curso, fragilizam a meu juízo aquela que se pretende uma nova História Política. Todo este processo mobilizou e envolveu, de forma muito diversa, como é óbvio, a nossa fatia de duração específica de trabalho – a Idade Média e a historiografia a ela dedicada – mas tentarei, na medida de minhas possibilidades, partir sempre do quadro mais geral de consideração do lugar do político no campo geral da nossa disciplina antes de dedicar alguma particular atenção ao nosso campo de especialização.

1. Expressões de um longo predomínio

Na abordagem histórica das sociedades como prioritariamente realizada ao longo de séculos, no princípio o “verbo divino” enfatizou, como expressão da ascendência das próprias divindades sobre os destinos da Humanidade – agindo no curso da História diretamente ou por intermédio de seus heróis –, as manifestações cuja natureza e configuração as inscreviam num campo de cunho eminentemente político. “Tenha, ou não, começado com Heródoto a história, o fato importante é que nasceu com os gregos uma certa concepção de História: uma narrativa de certo tipo de ações heroicas ou humanas dignas de serem lembradas”, afirma Francisco Falcon (FALCON, 1997, p. 62). Mas, de fato, antes dos próprios gregos, tão famosos pela elevada consideração que manifestaram pela política, Josep Fontana nos recorda que a História escrita esteve, desde seus primórdios mais remotos, intimamente ligada e dedicada à justificação do poder instituído e do Estado, assinalando a sua dupla origem, sagrada e popular.

Os mais antigos textos históricos conhecidos são as listas de reis, como as que os sacerdotes sumérios guardavam nos templos, onde se contava como a realeza descendeu dos céus, no começo, de uma etapa de reis divinos, seguida por outra de monarcas sobre-humanos – como esse Gilgamesh, quinto rei da dinastia de Uruk, cujas façanhas os poetas perpetuaram – até entrelaçar-se com os soberanos coetâneos (FONTANA, 1998, p. 16).

Ora, os mais remotos registros históricos de cunho iconográfico revelam a mesma perspectiva de fundo. As inscrições e os relevos do Egito faraônico, assim como as pinturas maias, serviam antes de mais à perpetuação da memória dos soberanos, a par da justificação

do sistema social vigente, isto é, da ordem estabelecida. Em todos estes casos, as abundantes e vívidas cenas das grandes batalhas e das vitórias militares, plenas de representação dos corpos dilacerados dos vencidos e subjugados, perpetuavam a face violenta do governante e sua incansável determinação de punir os inimigos internos e externos do regime que governava.

Noutro sentido, a colocação no fórum romano de uma série de estátuas de grandes homens, ordenadas numa sequência temporal, pretendia mostrar a continuidade da história de Roma desde Eneias até Augusto, ou (...) sugerir que a política (desse) era a culminação “natural” de toda uma evolução histórica, enquanto que a coluna Trajana, erigida para comemorar as guerras dácias, tem podido ser qualificada como um “documento político” (FONTANA, 1998, p. 15).

Recordemos a tese central do autor na obra que acabo de citar: a História cumpre, há milênios, a função social prevalecente de legitimar a(s) ordem(ns) social(is) estabelecida(s) e a preservação do *status quo*, o que faz de forma ainda mais vigorosa ao assumir a aparência enganosa de uma narrativa técnica, isenta e objetiva dos acontecimentos concretos. Assim, a ênfase nas ações políticas, guerras e diplomacia especialmente, dos governantes aboletados no estado marcaram, por séculos, a profunda intimidade que a nossa disciplina manteve com os círculos do poder estabelecido, e talvez nos ajude a entender o caráter ainda hoje marcadamente conservador da disciplina, de certo uma expressão vigorosa da resiliência da sua identidade de partida!

Heródoto de Halicarnasso (ca. 485 – ca. 424 a.C.), fundador destacado da “historiografia” da época clássica na Grécia, ao mesmo tempo em que a vincula a narrativa – outra característica de fundo predominante na disciplina – dos “grandes feitos”, busca estabelecer as causas dos acontecimentos e até mesmo o sentido profundo de sua evolução.² Em meio a um conjunto de argumentos que reúne raízes divinas e iniciativas humanas, impõe-se o predomínio dos referenciais de cunho político (FALCON, 1997, p. 18). Tucídides (ca. 460 – ca. 400 a.C.), por seu turno, debruçou-se sobre a guerra do Peloponeso, objeto preferencial dos “historiadores-cronistas” por longos séculos, por considerá-la mais fiável ao conhecimento, introduzindo a preocupação com a natureza dos registros disponíveis – testemunhos diretos e indiretos – a par da proposição de que o conhecimento do passado serviria de guia às ações no presente (FALCON, 1997, p. 19).

Surgia, fadada a largo futuro, aquela que viria a ser mais tarde identificada como a história política tradicional, ainda que sistemática e seguidamente matizada ao longo dos séculos. Durante a Idade Média, por exemplo, e a grosso modo, sua essência se manteve

² Sigo de perto as referências de FALCON, 1997, em todos estes itens.

praticamente inalterada, devotada à narração de certos eventos preferenciais. Assim, as múltiplas histórias que se concentravam em temas de natureza eclesiástica e secular, neste caso em especial na trajetória de entidades políticas consubstanciadas em mosteiros e abadias, mas também ducados, condados, reinos e impérios, inserem-se sistematicamente na grande narrativa da História do Homem. Partindo da Criação e orientadas ao Juízo Final, as histórias no medievo promoveram uma espécie de intercessão entre a narrativa da “cidade dos homens” e da “cidade de Deus”, não sem uma considerável deformação da perspectiva inicial projetada por Santo Agostinho. Quanto aos cronistas da Baixa Idade Média, com grande destaque para o “português” Fernão Lopes, primeiro cronista de Avis, em que pese a complexificação da abordagem e das perspectivas que orientaram a “pesquisa histórica” que apoiou as suas narrativas, elas seguiram concentradas no registro político e desfrutando de uma extrema intimidade com os poderes constituídos (FALCON, 1997, p. 35).

A historiografia do Humanismo e do Renascimento não introduziu, segundo Falcon, modificações sensíveis na tradicional orientação política da História, ainda que tenha dado início a duas tendências fundamentais: a da progressiva eliminação de lendas, milagres e “fantasias” do escopo de sua narrativa, em busca dos fatos verdadeiros ou, ao menos, verossímeis, além da crítica erudita das fontes, que começa a promover a progressiva sistematização do método. Segundo Falcon, a história do período segue preservando a sua

velha função de mestra da vida, servindo ainda aos humanistas para o ensino da retórica; a sombra de Maquiavel lhe impõe uma desconfiança terrível: talvez a história não seja capaz de ensinar senão política e nada tenha que ver com a moral e a ética; trata-se de “histórias” que cada vez mais se referem aos Estados territoriais e dinásticos, as famosas monarquias nacionais dos Estados absolutistas dos tempos modernos, precursoras das futuras histórias nacionais centradas na ideia de Estado-nação (FALCON, 1997, p. 52).

Seguindo com nosso breve panorama, a Ilustração e o Romantismo viriam, no período situado entre meados do século XVIII e o do XIX, a promover uma sensível modificação na concepção fundamental da História, porém ao custo de extremar ainda de forma mais sensível a ênfase na sua configuração como uma narrativa de cunho político, tanto no campo da história interpretada pelos filósofos quanto naquele configurado pela ação dos historiadores eruditos, também conhecidos por antiquários. Promove-se, então, uma efetiva divisão do trabalho no setor. A filósofos coube, em especial, a promoção de uma história de cunho especulativo, racional e dedicada a prover de sentidos a totalidade do devir histórico, bem como as primeiras críticas ao curto fôlego da “história erudita”, que já lhes parecia, então, simploriamente descritiva, de cunho factual e limitadamente política. Por outro lado, de

alguma forma devemos aos incansáveis e dedicados historiadores eruditos do período o aperfeiçoamento do instrumental da crítica das fontes documentais, além da promoção de novos acervos válidos à investigação histórica.

Já a historiografia do Romantismo, negando valor às concepções iluministas, embasou-se em perspectivas que pretendiam ser-lhes radicalmente opostas, relevando as expressões do sentimento, da intuição, do individualismo e do organicismo na História. O Estado-nação assumiria a condição de tema central tanto da investigação quanto da narrativa históricas. A promoção do Estado à condição de “objeto por excelência da produção histórica” (Mommsen) assinalou o auge da hegemonia da história política. No século XIX, “poder” e “poder do Estado” são sinônimos: os “acontecimentos” são sempre eventos políticos, pois são estes os temas nobres e dignos da atenção dos historiadores.

Viria à luz, enfim, por volta da década de setenta do século XIX, uma historiografia que se convencionou, equivocadamente, denominar por positivista, e que representou o auge (derradeiro?) do longo predomínio do político na História. *Historiografia metódica* seria designação mais correta, segundo Falcon (1997), tendo em vista que seus adeptos faziam repousar no método histórico – com destaque para os procedimentos da crítica interna e externa dos documentos – as garantias de cientificidade consideradas indispensáveis ao alcance do verdadeiro conhecimento histórico. Coube-lhe a plena afirmação da supremacia da história política – narrativa, factual, linear – elevada ao seu apogeu nos meios acadêmicos. Dentre suas características, ressaltam-se a constituição de um discurso histórico específico, preocupado em diferenciar-se do discurso literário, e a proposição da distinção da verdade histórica em relação à ficção literária. A história (política) pretende ser uma ciência, negando-se a condição de uma arte, consistindo a tarefa do historiador na narrativa/descrição dos acontecimentos do passado tal como eles realmente ocorreram (como no reconstrucionismo de Ranke).

A hegemonia exercida pela escola metódica ou positivista iria se manter praticamente inalterada ao longo das três primeiras décadas do século XX, a despeito das críticas e ataques diversos que, desde então, se avolumavam, partindo de dois “grupos” principais. No primeiro, destaque para os esforços pioneiros de Henri Berr (fundador da Revista de Síntese Histórica, em 1900, grande inspirador do posterior movimento dos Annales) e para a ascensão da história econômica (Schmoller, na Alemanha; Cunningham e Thorold Rogers, na Grã-Bretanha; Henri Sée, Henri Hauser e Paul Mantoux, na França; Henri Pirenne, na Bélgica). Já o segundo “grupo” foi constituído pelo novo historicismo, ou historismo, ligado a Dilthey, Rickert, Windelband, Simmel e, em parte, a Max Weber, tendo

em Meinecke e Troeltsch seus maiores expoentes germânicos. Na Itália, a partir do neo-hegelianismo de B. Croce, constituiu-se uma sólida e duradoura tradição “historiográfica croceana”, com repercussões na Inglaterra (Collingwood) e nos EUA, sobretudo no campo da história das ideias. O golpe de misericórdia contra a “velha História” partiria, contudo, como sabem, da apaixonada militância dos fundadores da escola do *Annales*. Se, como propôs Peter Burke, tal ascensão, ocorrida a partir de 1929 com a fundação da revista, para se consolidar apenas, contudo, ao longo das décadas seguintes, representou uma verdadeira revolução francesa da historiografia, a Bastilha atacada foi a do Antigo Regime historiográfico de uma história que foi condenada por simplista, factual e limitadamente política (BURKE, 1992, p. 34).

2. Confrontação e declínio

Desde o alvorecer do século XX avolumou-se consideravelmente o confronto contra a “velha História”, com uma saraivada de críticas que partiram de trincheiras as mais diversas. Num breve inventário realizado por Falcon merecem ser destacadas, em primeiro lugar, até por serem menos referidas neste contexto (FALCON, 1997, p. 78):

2.1. Aquela constituída pelo “campo do marxismo” que representou, desde seus primórdios com Marx e Engels, uma “escola” oposta aos pressupostos e características da história política tradicional, dada a perspectiva marxiana relativa ao político em geral e à história política, em particular. Ainda na segunda metade do século XIX, os pilares da concepção marxiana da História que se foram ficando confrontaram diretamente o que já foi chamado de os três principais ídolos da história política tradicional, isto é: a sua noção muito restrita de político/política, ademais totalmente desvinculada da totalidade do processo histórico e muito facilmente submetida pela ideologia; a sua pueril concepção de “agenciamento histórico” lhe impunha um caráter voluntarista, de uma história que decorria apenas das concepções e ações de alguns poucos agentes históricos individuais; o seu discurso historiográfico de cunho narrativo, cronológico e linear construído em função de uma epistemologia empirista segundo a qual a verdade sobre o passado a ser reconstruído jaz nos registros factuais das fontes primárias oficiais.

2.2. Aqueloutra constituída pelas primeiras gerações da escola dos *Annales*, com destaque para os acirrados confrontos diretamente travados desde Marc Bloch e Lucien Febvre, e que redundaria no “abandono” do político que marcou a segunda geração. Assim, a par de Bloch que, em favor de uma concepção de História Total denuncia as muitas limitações

da História Política tradicional em sua *Apologia da História* (BLOCH, 2002, p.134), a crítica à História Política tradicional também foi realizada por outros historiadores ligados às primeiras duas gerações dos *Annales*. Lucien Febvre, por exemplo, aborda este combate contra a história política tradicional em alguns artigos clássicos, em especial naquele datado de 1946 (“Face ao Vento: manifesto dos novos *Annales*”), em que denuncia a História Política tradicional como uma das instâncias da velha história a ser combatida (FEBVRE, 1989, p.75-85).

Ainda no contexto da 2ª geração dos *Annales*, segundo Falcon, em especial durante o longo período da primazia de Fernand Braudel, a história política seria relegada de vez ao ostracismo. Se a primeira geração dos *Annales* a estigmatizara como sinônimo de história factual, a segunda geração, a de Braudel e discípulos, relegou os fatos políticos ao “tempo curto”, ao tempo de superfície dos fatos, limitado em suas possibilidades analíticas e explicativas se contraposto ao tempo estrutural, às correntes subterrâneas da História. Ademais, o relativo sucesso alcançado por uma vertente menos “celebrada” desta mesma 2ª geração, deslocou-se o eixo da disciplina para o campo da história econômica, social e demográfica, promovendo a aplicação dos chamados métodos quantitativos em História. A partir de começos dos anos 1930, alguns trabalhos de François Simiand e, um pouco mais tarde, de Ernest Labrousse, com base na reconstituição e análise de séries estatísticas históricas, abriram novos caminhos ao estudo de ciclos e conjunturas econômicas. No espaço historiográfico dos *Annales* coube a Jean Meuvret, Maurice Imbert, Pierre Goubert, bem como a Pierre Chaunu e Frederic Mauro, nos anos 1960, aprofundar a prática de uma vertente que ficaria conhecida como a da história serial. Diferentemente da história quantitativa de Marzewski e da New Economic History, de Fogel e North, de base econométrica, a história serial agregou novos argumentos contrários à história política tradicional, cuja indigência teórica e empírica parecia ainda mais evidente (FALCON, 1997, p. 78-83).

Ainda que distintas em suas perspectivas, as vertentes que acabo de referir convergiram todas no sentido de desqualificar qualquer pretensão científica que ainda se pudesse nutrir em relação à história política tradicional. Contudo, se a intensidade desta recusa parece constituir um tópico bem conhecido por qualquer iniciado no campo, não falta quem proponha uma avaliação mais equilibrada da questão. Ou seja, será que um balanço da “historiografia” ocidental deste período confirmaria a plena defenestração do político da cena histórica, ou teria ele apenas deixado de ocupar o centro das atenções dos historiadores em prol da valorização de outras instâncias constitutivas das sociedades humanas (como a econômica, a social etc.)? E, ademais, foi a “dimensão política” em si ou uma certa

“concepção muito restrita de político” que mereceu tão duras críticas e abandono? Vale a pena ressaltar que mesmo um de seus primeiros e mais ferrenhos detratores, Marc Bloch, não deixou de considerar que o seu em muitos sentidos pioneiro estudo, publicado ainda em 1924, *Os Reis Taumaturgos*, pretendia representar também uma contribuição específica à história política, mas sob uma perspectiva radicalmente diferenciada da mesma. Em certa passagem de sua obra, citada por Peter Burke em seu ensaio introdutório sobre *A Escola dos Annales* (BURKE, 1992, p. 29), Marc Bloch chega a afirmar que “o milagre real [a crença no poder de cura das escrófulas pelos reis através do toque] foi acima de tudo a expressão de uma concepção particular do poder político supremo” (BLOCH, 2018, p. 21).

Isso nos ajuda a entender que para os “pais fundadores”, mais do que uma desqualificação primária da importância relativa da instância política, tratava-se de uma crítica a uma concepção da História que precisava, por muitos motivos, ser desterrada. A rejeição específica em questão não era ao político em si – como campo de relações e de fenômenos particulares – mas daquela velha história política acontecimental, pela qual eram abordadas as nações nos seus confrontos bélicos e relações diplomáticas, ou ainda através da figura de grandes homens que pretensamente conduziriam o curso da História. Engajado na construção de uma história na qual importariam mais os fenômenos coletivos do que as ações políticas de uma pequena elite de indivíduos, e na qual o “poder” se revelava em muitas instâncias que não apenas nos meios de repressão estatal e de enfrentamento bélico, Marc Bloch teria apresentado com duas importantes obras, a anteriormente citada além da própria *A Sociedade Feudal*, publicada em 1939 (ambas pioneiras nos estudos sobre o imaginário e as mentalidades) algumas vias alternativas à renovação futura da História Política (BLOCH, 2009).

3. A reabilitação e os novos rumos

A reabilitação do político ocorreria apenas sob a terceira geração dos *Annales*, como resultado parcial dos rumos tomados pela *Nouvelle Histoire*, em especial no que se refere ao abandono da “busca da totalidade” em benefício das “múltiplas histórias”. Dentre as estratégias que a viabilizaram, manteve aquela cara e intrínseca a toda renovação mobilizada desde o início do movimento pelos fundadores, a da aproximação da História com as demais Ciências Humanas. Lá atrás com a Economia e a Sociologia, agora com a Ciência Política e a Antropologia (Política, em especial).

Circunscreve-se, antes de mais, as definições mais precisas do próprio objeto de estudo. Segundo Ciro Cardoso, política e poder convergem em suas definições, sendo a primeira a resultante dinâmica e sistêmica de todos os fenômenos envolvidos na conquista, manutenção e exercício do segundo.

Resta saber até que ponto a integração em um sistema pode ser conseguida mediante um engodo, isto é, o apelo legitimador falacioso a um “interesse geral” ou “bem comum”, fator ideológico que o conceito de política ou de sistema político oculta. A realidade estaria dada por uma dialética do conflito e da ordem sociais, encarada sob o ângulo do que se convencionou chamar de “política” (Ciro, 2012, p. 38).

Fernand Braudel, ainda em 1958, insinuava a mudança dos ventos ao lamentar que se tivesse confundido tanto a história tradicional e a história política, que para ele “não precisava ser factual nem estava (definitivamente) condicionada a sê-lo.” Alguns anos volvidos, um artigo de um de seus sucessores no conselho da revista, o medievalista Jacques Le Goff, sinalizaria a virada. Em “Será ainda a política a ossatura da História?”, publicado em 1971, o autor indica que “a história política haveria gradualmente de voltar em força, assumindo os métodos, o espírito e a abordagem teórica própria daquelas ciências sociais que a tinham empurrado para segundo plano.” A sequência do artigo traz os apontamentos de Le Goff sobre obras que considera expressar os novos caminhos do político na abordagem da Idade Média. Cita, por exemplo, os trabalhos de Percy Ernst Schramm sobre os sinais e símbolos do poder, o artigo de Georges Duby sobre o simbolismo da coroa, e a obra de Ernst Kantorowicz sobre a teologia política medieval, além de argumentar que “foi através dos métodos da história comparativa, cedidos pela antropologia e pela história das religiões, que a realza medieval pode adquirir este novo significado e a história política medieval se transformou” (LE GOFF, 2010, p. 204). Nota-se nesse momento do texto que a Antropologia passa a ganhar centralidade, quase exclusiva, como área de diálogo para a constituição da nova história política, em especial da Idade Média.

(...) O primeiro e principal contributo da sociologia e da antropologia para a história política foi o terem imposto como seu conceito e objetivo central a noção de “poder” e os fatos relativos ao poder. (...) Perdido o seu fascínio de história de superfície, a história política, transformando-se na história do poder, torna-se história de profundidade (LE GOFF, 2010, p. 200-201).

A esta altura resta-me, muito esquematicamente, propor aos(às) leitores(as) um balanço final das vias que vêm apoiando a retomada. Encerro, assim, este artigo destacando algumas das tendências em voga desde então no “estudo do político”:

3.1. Buscou-se, em especial com o apoio em certas correntes da sociologia, os modelos e a sustentação teórica que fundamentassem as reflexões acerca das relações entre Estado e Sociedade (esteios em Tocqueville, Hannah Arendt e Max Weber). Em relação ao medievo, segundo Douglas Lima (LIMA, 2016, p. 255) merecem destaque os estudos pioneiros do francês Bernard Guenée quem, desde seu doutorado no ano de 1963, fomentou algumas das vias de renovação da História Política em uma série de artigos publicados nas décadas de 1960 a 1980 (LIMA, 2016, p. 256-257) bem como no livro já traduzido ao português, *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*, de 1971. Neste autor, temas clássicos como o estado e as instituições seriam objeto de análises renovadoras do campo na linha que predominaria em França, com destaque para o estudo das mentalidades políticas e das cerimônias monárquicas. Numa vertente sob muitos aspectos semelhantes aos trabalhos pioneiros do autor podemos referir, mais recentemente, aos trabalhos do também francês Jean-Phillipe Genet, estudioso da gênese do estado moderno e mais conhecido entre nós por seu verbete dedicado a essa instituição no *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, bem como aos estudos do espanhol José Manuel Nieto Soria, em especial sua obra clássica *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XVI)*, publicado em 1988 (LIMA, 2016, p. 258).

3.2. A *Nouvelle Histoire* promoveu o que foi considerado como uma abertura para concepções novas e variadas a respeito de temas pouco frequentados até então pela historiografia: os poderes, os saberes como poderes, as instituições supostamente não-políticas, as práticas discursivas. Michel Foucault é, neste campo, referência destacada, realçando a relação existente entre as diferentes práticas sociais e a pluralidade e onipresença dos poderes (e não o poder). A historiografia política passou a focar, nos anos 1970, a microfísica do poder, ou as infinitas manifestações dos poderes em “lugares” históricos pouco frequentados pelo crivo dos historiadores – família, escola, asilos, prisões, hospitais, hospícios, polícia, oficinas, fábricas, etc., ou seja, no cotidiano de cada indivíduo ou grupo social. Por outro lado, os novos ares de renovação permitiriam mesmo iniciativas aparentemente constrangedoras, como aquelas devidas a outro célebre medievalista, Georges Duby que, não sem certa ironia, revisitou em novas bases algumas das referências dominantes na renegada “Velha História (Política)”. Em 1984, o autor promoveu um “retorno da biografia” com a publicação do seu *Guilherme Marechal*, no que ademais seria seguido por Jacques Le Goff, uma década depois, com o seu *São Luís* (1996). Obviamente, em ambos os casos, tratou-se de abordar os biografados num quadro amplo de inserções e relações nos quais se desenrolaram as suas existências. Em *Guilherme Marechal*, por exemplo, a vida do

condestável inglês serviu de base para uma ampla análise dos setores sociais da aristocracia medieval, dos mecanismos e vias de sua ascensão social e de sua particular visão de mundo no século XII. Devemos, ainda, a Duby uma magistral análise da guerra feudal e a realização de uma abordagem antropológica da nobreza francesa em outra obra, *O Domingo de Bouvines*, de 1993, que pareceria, também à primeira vista, vergar-se diante do moribundo gênero da “história-batalha”, acontecimento político por excelência tão acarinhado e decantado pela “velha e reacionária história”.

3.3. Novas correntes marxistas estabeleceram-se em apoio da restauração do político em geral, ou até da história política em particular. Basta mencionar a importância de alguns conceitos gramscianos – hegemonia, bloco histórico, dominação/direção, intelectuais tradicionais e orgânicos – e althusserianos – autonomia relativa, sobredeterminação, determinação em última instância, aparelhos ideológicos de Estado. As discussões então travadas no campo marxista lançaram luzes novas sobre o político, o Estado, suas relações com a sociedade civil, abrindo ainda a investigação histórica à questão mais ampla do poder e, daí, às formas de dominação.

3.3. Importância dos contatos e das trocas interdisciplinares para os novos rumos da história política. Se, para alguns, como Chartier, a questão maior residiu na constituição de uma história cultural ancorada em uma sociologia histórica da cultura, para outros a questão-chave seria a elaboração de uma sociologia histórica do poder e da política. A Antropologia (cultural e/ou política), ao mesmo tempo, atraiu cada vez mais a atenção do historiador. Poder e política passaram ao domínio das representações sociais e de suas conexões com as práticas sociais; priorizou-se a problemática do simbólico – simbolismo, formas simbólicas, mas sobretudo o poder simbólico (como em Bourdieu). O estudo do político viria a compreender, a partir daí, não mais apenas a política em seu sentido tradicional, mas, em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, a cultura política, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder.

No âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da UFF, onde atuo, concentra-se um volume considerável de dissertações e teses que, desde fins da década de 1980, participaram do e apoiaram o movimento diverso de renovação dos estudos do político. Destacam-se, em especial, os trabalhos desenvolvidos a partir da análise da cronística e da prosa moralística avulsas elaboradas nos séculos XIV, XV e XVI, em Portugal, bases para o estudo, por exemplo, da diversidade das faces, expressões, representações e do imaginário político régio na baixa idade média portuguesa.

Concluindo, convém lembrar do célebre adágio que afirma que nem tudo que reluz é ouro! É positivo o balanço final? Sem dúvida, posto que, por um lado, não há porque prantear a velha história política, que já foi tarde, se é que foi completamente e, por outro, não haveria como promover o melhor conhecimento do funcionamento e estruturação das sociedades humanas se mantivéssemos as mesmas amputadas da sua dimensão política. Contudo, receio que nem tudo o que se apresenta como novo no campo o seja de fato, e que nem mesmo qualquer pretensa ou efetiva novidade seja garantia imediata da pertinência e da qualidade das iniciativas que as veiculam. Assim, por exemplo, e muito rapidamente, lamento que, também no campo das renovadas histórias políticas, o estudo das realidades ideais e das realidades materiais segue predominante desarticulado de qualquer tentativa efetiva do estabelecimento de relações entre suas expressões.

Destaque-se, neste nível, por exemplo, os resultados muitas vezes quase que diametralmente opostos auferidos pelas abordagens dos níveis de afirmação do poder régio no baixo-medieval que tomam por base a “teoria” e/ou o “discurso” do referido poder acerca de si próprio e aquelas que se fundamentam na sua “prática” efetiva. Das primeiras vislumbra-se uma realeza “absoluta” efetivada por um poder político centralizado e concentrado que, salvo escaramuças eventuais, parece ter realizado enfim sua missão histórica e sobrenatural de submissão, enquadramento e controle das forças políticas dissidentes nos reinos, em especial da voluptuosa nobreza fundiária medieval. As abordagens das práticas do poder, da realeza em ação, por seu turno se, por um lado, assinalam as constantes limitações impostas às plenas e cotidianas manifestações de sua ascendência, indicando as tensões, conflitos e limites internos à efetivação de um poder régio que, atuando como poder de classe, se vê enquadrado pelas disputas entre as suas facções, por outro parecem desconsiderar sistematicamente os fundamentos ideológico-discursivos da afirmação de um poder que pretende sustentar sua prática em um esforço crescente de teorização e propaganda.

Ademais, o político segue sendo tratado como instância essencialmente autônoma do real – ideal e material – constituída em relativo isolamento em relação às demais, em especial da econômica, o que é altamente prejudicial em especial no quadro de sociedades como as que estudamos, em que são muito frouxas e imprecisas as fronteiras entre as diversas dimensões do social. Mas é compreensível o vigor de tal cisão, uma das manifestações mais marcantes da “aparência” assumida por nossas sociedades contemporâneas, tão “natural” que se chega a projetá-la sobre toda a História humana com considerável naturalidade. Mas nem por isso deixa de ser espantoso que meus confrades, que bradam sistematicamente contra qualquer projeção teórica atual sobre o medieval – condenadas, supostamente, a sempre

deformar a apreensão do período –, não pareçam sentir o mínimo mal-estar ao seccionar diariamente aquela globalidade com precisão quase cirúrgica, dispendo em gavetas separadas e bem arrumadas dos seus laboratórios de trabalho a cultura, a economia, a mentalidade e, é claro, a própria política, mesmo que renovada em sua configuração.

Por fim, por mais que se renove e se complexifique em suas perspectivas e abordagens, a História Política em geral, e a medieval em particular, por paradoxal que pareça, mantêm-se, de certa forma e ao menos em um nível essencial, inadmissivelmente tributárias dos milenares “fundadores do campo”, na sua restritiva e elitista concepção de agenciamento político. A política segue sendo, de certa forma, ação restrita e tema específico do estudo das elites. Como assinala Fabrice Mouthon em tom de denúncia, o campesinato medieval parece, politicamente, aquém da condição de nossos irmãos símios, especialmente dos chimpanzés que, asseguram os primatologistas, agem politicamente celebrando coalizões, realizando promessas e até mesmo promovendo golpes de estado. Não lhes é estranha nem mesmo a prática da guerra, mecanismo célebre de continuação da política por outros meios, segundo a máxima de Clausewitz. Quanto aos camponeses medievais, por seu turno, eles “não praticavam a política”. Tinham e criavam seus filhos, trabalhavam, produziam, até mesmo se revoltavam, mas jamais se manifestavam na esfera da política. “Ao menos é isso que evoca, com um pouco de provocação, a leitura de grande parte da historiografia medievalística atual”, já que “o seu lugar [dos camponeses] nos manuais de História Político-Institucional dedicados à Idade Média é quase que nulo.” (MOUTHON, 2014, p. 7) Considere, pois, caro(a) leitor(a), o *quantum* de antigo, de preconceituoso e rançoso pode se manter abrigado desavisadamente sob o celebrado epíteto da Nova História Política...

Referências Bibliográficas

ABÉLÈS, Marc. “La antropología política: nuevos objetivos, nuevos objetos”. **Revista Internacional de Ciencias Sociales** (Online), 153, 1997, pp. 25-54 (Disponível em <http://www.unesco.org/issj/rics153/titlepage153.html>. Acesso em 10/05/2018).

BARROS, José D’Assunção. “História Política: da Expansão Conceitual às Novas Conexões Interdisciplinares”. *Opsis* (Online), 12, 1, 2012, pp. 29-55 (Disponível em <https://revistas.ufg.br/Opsis/article/view/17338>. Acesso em 10/05/2018).

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 2009.

_____. **Apologia da história: Ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2002.

_____. **Os reis taumaturgos: O caráter sobrenatural do poder régio na França e Inglaterra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales. A Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “História e poder: uma nova história política?” In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (ed.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 37-54.

FALCON, Francisco. “História e Poder”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (ed.). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 62-85.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FONTANA, Josep. **História: Análise do Passado e Projeto Social**. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho. “Diplomática e História do Direito, raízes da «nova» História política”. **Cuadernos de Historia del Derecho** (Online), 12, 2005, pp. 43-56 (Disponível em <https://revistas.ucm.es/index.php/CUHD/article/viewFile/CUHD0505110043A/19504>. Acesso em 20/06/2018).

LE GOFF, Jacques. “A política será ainda a ossatura da História?” In: Id. **O Maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 2010.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. “O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados”: o tema do Estado na historiografia medieval. **Anima. História, Teoria & Cultura** (Online), IV, 5, 2014, pp. 5-19 (Disponível em <http://anima.his.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=38&sid=15>. Acesso em 2/04/2018).

_____. “Jacques Le Goff e a História Política da Idade Média”. **Brathair** (Online), 16 (2), 2016, pp. 251-266 (Disponível em <http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/issue/view/166>. Acesso em 2/06/2018).

MOUTHON, Fabrice. **Les communautés rurales en Europe au Moyen Âge**. Une autre histoire politique du Moyen Âge. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2014.

TAYLOR, Scott L. “Political Theory in Medieval Studies”. In: CLASSEN, Albrecht (ed.). **Handbook of medieval studies: terms, methods, trends**. Berlin/New York: Walter de Gruyter GmbH & Co., 2010, pp. 1111-1121.

WOOD, Neal. “The Social History of Political Theory”, **Political Theory**, 6, 3, 1978, pp. 345-367 (Disponível em www.jstor.org/stable/190810. Acesso em 25/04/2018).